

Relatoria Andanças do Patrimônio Etapa Ceará (Sertão Central)

Cidade: Quixeramobim (Ceará).

Data: 26/09/2025. Das 08:00 às 17:00

Local da realização da atividade: Praça C.E.U das Artes. Endereço: Rua Luís Prata Girão, 117-165 - Conj. Esperança, Quixeramobim - CE, 63800-000.

Relatores: Cássia Ellen, Jéssica Hárita, Emmanuel Bastos

Nota: Utilizamos a metodologia padrão do Andanças do Patrimônio com a divisão e escrita nos eixos abaixo.

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para: snpc@iphan.gov.br

Eixo 1 - **Debate** - Tecendo Redes e Fortalecendo Territórios: a Institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da Gestão Participativa e Compartilhada

Desafios	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none">- Falta de institucionalização de políticas públicas patrimoniais permanentes no território;- Ausência de ações continuadas de educação voltadas ao patrimônio especial quando existem grandes obras e projetos de impacto;- Dificuldade de entendimento específico sobre o patrimônio arqueológico;- Dificuldade sobre como realizar o cadastro de sítios e acervos arqueológicos;- Ausência dos espaços adequados de guarda de patrimônio	<ul style="list-style-type: none">- Normatizar, reformar, atualizar as legislações para política de patrimônio municipal;- Criar parcerias institucionais com entes públicos e privados;- Articular ações interdisciplinares e transversais permanentes para difusão e promoção do Patrimônio;- Fortalecer o cooperativismo regional e estadual para atualizações reformas de aparato normativo;- Informar sobre como deve ocorrer a guarda de material e parcerias ter para proteger o patrimônio arqueológico com o monitoramento do IPHAN- Criar estratégias de celeridade na pesquisa e instrução

arqueológico;

- Falta de amparo político e legal para desempenho do papel como salvaguarda do patrimônio;
- Demora no processo do tombamento de sítios históricos, como por exemplo o sítio do Patu, de Senador Pompeu;
- Falta de catalogação do patrimônio, devido a ausência de políticas públicas efetivas que permitam o conhecimento da população sobre os patrimônios da cidade;
- Ausência de suporte mais próximos aos municípios;
- Burocratização para o processo de tombamento patrimonial;
- Acossamento pelos grandes projetos, mutilamento, degradação e retirada de material do ferroviário;
- Nos municípios Senador Pompeu e Quixeramobim, o licenciamento ambiental não conta com apoio de outras instituições como DNOCS, há fragilidades, que não respeitam as responsabilidades para proteção dos sítios. Não há sinalização no Sítio Histórico protegido;
- Falta de informações técnicas e profissionais especializados na área patrimonial;
- Poucos momentos para discussão do patrimônio, são disponibilizados poucos cursos e formações gratuitas;
- A legislação não abrange as necessidades de acordo com o contexto de cada território;
- Falta Definição de prioridades para melhor planejamento de ações patrimoniais;
- Ausência de um sistema consolidado de dados patrimoniais de

processual para processos de reconhecimento, tal como parcerias para captar recursos e ter mais pessoal.

- Fortalecer ações de monitoramento, fiscalização do patrimônio cultural;
- Formação básica patrimonial em todas as dimensões com foco, no patrimônio material, imaterial e arqueológico, realizada através de uma possível parceria com Universidades, destinada a sociedade civil e gestores municipais;
- Solicitação de Formação em Patrimônio Cultural para Gestores Municipais;
- Aumentar o número de pessoas e as especialidades do pessoal dentro dos quadros das municipalidades;
- Realizar, por meio de Grupos de Trabalhos, um diagnóstico regional do estado da arte das legislações de patrimônio cultural;
- Parceria com a SEDUC, visando promover a difusão das pessoas de referência à história e memória das cidades;
- Descentralizar a informação e educação patrimonial, levando formações para comunidades que residem em locais onde estão os seus patrimônios, por meio de reuniões, audiências, escutas, rodas de conversa etc.

cada município.

Eixo 2 - **Mesa I** - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização

Desafios

- Falta de acessibilidade nos prédios tombados como patrimônios históricos, como por exemplo a construção de rampas. Essas alterações geralmente são consideradas como “interferências”, quando na verdade são práticas de democratização do acesso;
- Centralização das políticas de acessibilidade apenas no eixo cultural, outras áreas não preocupam-se com práticas como a autodescrição, apresentam ainda muitas carências;
- Falta de diversidade na composição de equipes na realização de ações culturais;
- Patrimônios tombados não atendem às necessidades da contemporaneidade, como por exemplo a Casa de Antônio Conselheiro, que não proporciona um espaço acessível por ser um órgão tombado;
- Dificuldades nas questões orçamentárias, geralmente os valores destinados a acessibilidade são cortados ou apenas destinados a atividades que contem com a presença de pessoas com deficiência;
- A pirâmide etária brasileira mudou, e não está sendo feito

Oportunidades

- Romper com o discurso naturalizado do acesso aos espaços patrimonializados, pois são excludentes;
- Implementar de ações transversais voltadas à acessibilidade, formações anticapacitistas;
- Entendimento da acessibilidade como algo orgânico, práticas como autodescrição devem ser ações cotidianas nos espaços;
- Buscar diversificar as equipes de projetos culturais e produtos entregues, pois qualificam amplamente as entregas e objetos;
- Trazer pessoas, corpos, e atores diversos nas equipes de gestão pública das políticas públicas;
- Priorizar com garantia efetiva de recursos nos projetos culturais nas ações de acessibilidade em todas as etapas da produção;
- Transversalizar em todos os espaços, não só culturais, mas que sejam nos equipamentos, espaços, edificações e sítios que sejam de acesso público;
- Construir junto com pessoas diversas, pessoas com

Eixo 2 - Mesa I - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização

Desafios	Oportunidades
<p>entendimento que nossa população está envelhecendo e que será necessário preservar os patrimônios, pois estas pessoas e cada vez mais velhas não conseguirão fruir desse patrimônio;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não enxerga-se a pessoa com deficiência como um sujeito de direito, parte-se da mentalidade que as mesmas não frequentam eventos culturais e espaços de interação social, dessa forma a acessibilidade não é vista como uma prioridade e algo cotidiano; - Garantia de participação de pessoas com deficiência na construção de políticas públicas que promovam a cultura do acesso, pois existem falhas nos projetos de acessibilidade nos espaços culturais; - Falta de profissionais capacitados para o atendimento à pessoa com deficiência em escolas municipais; - Atualmente, as discussões sobre acessibilidade não acontecem no âmbito escolar, nas redes pública e/ou privada. 	<p>deficiência, LGBTQIAPN+, as políticas de patrimônio cultural e memória, seja para realizar ações ou fazer acessar, todas as pessoas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer parcerias com entidades que atuam com pessoas com deficiência para convocá-las para participação em todas as fases dos projetos, processos e ações de patrimônio cultural; - Mapeamento de artistas com deficiência, colocá-los na centralidade ao pensarem-se projetos culturais; - Devem ser priorizadas questões de acessibilidade em qualquer política pública, como por exemplo, a Lei Rouanet. Existe a necessidade de um monitoramento da aplicação dessas práticas na criação de projetos; - Busca ativa das populações diversas para exercício da cidadania cultural; - Implementar práticas de experiência da pessoa com deficiência em eventos de maneira lúdica, com uma aproximação maior do cotidiano.

Eixo 3 - Debate - Fazendo a Roda Girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

Desafios	Oportunidades
----------	---------------

- Dificuldade de entendimento da população sobre questões do patrimônio natural da cidade;
- Dificuldade da manutenção do artesanato que é produzido em casa, por exemplo, o bordado que se tornou uma fonte de renda para famílias, especialmente às chefiadas por mulheres exclusivamente;
- Após a produção das peças artesanais, não é realizada uma circulação comercial efetiva das mesmas, a venda acontece de forma muito lenta, logo não existe uma outra fonte de renda durante o período que as peças ficam em estoque;
- Devido a idade das artesãs, existe dificuldade na divulgação do trabalho nas redes sociais que permitem uma visibilidade maior do trabalho produzido artesanalmente;
- Dificuldade de acesso a crédito para iniciar e manter seu próprio negócio, de maneira autônoma;
- Dificuldade do artesão em entender seu trabalho como arte e possível fonte de renda;
- Não existe um conhecimento dos pontos culturais na cidade, devido a falta de divulgação por parte da gestão municipal;
- Necessidade de organizar rede de infra estrutura para visitação dos artesãos a fim de melhorar as condições do local e do entorno;
- Não existe uma feira regional no Sertão Central voltada à economia criativa e potencialidade dos saberes;
- Não há um olhar integrado entre aspectos da cultura e do turismo no formato de redes e feiras para os artesãos;
- O acesso às mesmas torna-se elitizado por conta dos valores

- Informar a potencialidade do patrimônio natural, com enfoque em oportunidades de desenvolvimento sustentável no campo do turismo e econômico;
- Implementar mapeamento dos produtores e prestar serviço de assessoria para divulgação em redes digitais;
- Elaborar/melhorar rotas de produtoras para visitação e atração dos turistas e visitantes para estes locais;
- Programa de fomento às artes/artesanatos com elementos e insumos naturais e locais;
- Parcerias com instituições que fortaleçam o trabalho do artesão e o coloque em um local de maior visibilidade em seu território;
- Divulgação do trabalho do artesão em meios de comunicação populares na cidade, como por exemplo nos canais de rádio, não apenas nas redes sociais;
- Fortalecimento das políticas criativas no próprio território dos Mestres/mestras e fazedores;
- Viabilizar auxílio de profissionais que ajudem os Mestres/mestras na divulgação de seus trabalhos nas redes sociais
- Unidade das ações dos poderes públicos para operar com sinergia entre os Programas de turismo, cultura e meio ambiente;
- Integrar as ações entre os gestores públicos e sociedade civil para aprimorar as ações;
- Criação de programas, projetos de difusão e

de produtos artesanais, ao tempo de produção, mão de obra empenhada, variedade e exclusividade de peças e materiais utilizados;

- Desvalorização de artistas locais na contratação de seus serviços;
- Falta de apoio dos órgãos governamentais e respaldo jurídico na realização de oficinas e atividades que promovam a difusão dos saberes de Mestres/mestras nas escolas, pois existe uma dificuldade no acesso e diálogo entre os mesmos.

promoção do turismo aliado ao artesanato, por exemplo com catálogos que divulguem os pontos culturais presentes na cidade e na região inteira do Sertão Central;

- Integração de instituições, como a Secretaria de Cultura e Turismo, Equipamentos Culturais e SESC para realização de uma feira regional voltada à economia criativa;
- O trabalho artesanal proporciona geração de empregos no território, valorização da matéria-prima regional e fomentação do turismo na cidade;
- Fortalecimento de laços entre artistas locais, visando a valorização artística em seus territórios;
- Facilitar e desburocratizar a ida dos Mestres/mestras às escolas, especialmente as de tempo integral para garantir a transmissibilidade das artesanias, com insumos e logística para as ações;
- Realização de cursos de capacitação para continuidade das tradições e ofícios dentro das escolas e nos territórios dos mestres e artistas com a responsabilidade e suporte dos entes municipais, estadual e federal.

Eixo 4 - Mesa II - A Retomada do MinC e os Novos Caminhos para as Políticas Públicas de Cultura

Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática

Desafios	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none">- Qualificação de políticas públicas que valorizem a imagem dos Mestres/mestras como pessoas que trazem sentido ao território;- Necessidade de procurar meios de valorização dos saberes e fazeres tradicionais, de forma que sejam consumidos pelas pessoas do próprio território;- Apropriação política da população como um meio de valorização do patrimônio, através da participação efetiva da sociedade;- Degradação ambiental devido ao crescimento desordenado da cidade devido a especulação imobiliária, como por exemplo a construção de loteamentos não licenciados que ameaçam sítios arqueológicos e paisagens naturais;- Leis de meio ambiente não são levadas a sério por conta da falta de discussão em espaços da cidade, como escolas.- Pautas ambientais são levantadas apenas em datas pontuais, logo não geram os devidos impactos;- Falta de organização da sociedade civil para realização de debates voltados à questões de meio ambiente e patrimônio.	<ul style="list-style-type: none">- Variação das oportunidades de acesso à recursos para além de prêmios e editais públicos, como por exemplo criação de espaços, como Centros Artesanais;- Fortalecimento de arranjos produtivos locais e valorização da produção de artesãos seus artesanatos;- Educação ambiental e patrimonial voltada para as relações Cultura e natureza enfocando na conjuntura da emergência climática;- Qualificar canais de informação sobre tipologias dos patrimônios Culturais e engaja-los com as questões do meio ambiente;- Entender o potencial positivo da pesquisa arqueológica, de sítios arqueológicos visando a conservação de artes rupestres e entorno ambiental;- Identificar e fomentar as linguagens, as artesanias e os saberes culturais, práticas de preservação de memória nos territórios onde estão localizados os produtores agroecológicos;- Efetivar as normativas que regulamentam uso, manejo e licenciamento ambiental com aplicações de

	<p>sanções relativas</p> <ul style="list-style-type: none">- Fortalecimento da participação e controle social integrado entre as pastas e conselhos de Cultura e Meio Ambiente
--	--